



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Título:

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA NO ANO 2015** – um relato de experiência da abordagem coletiva com famílias do CRAS Deputado João Fassarela.

Autores:

Jurema Freitas Wardine Bezerra - Assistente Social, especialista em Saúde da Família pela ENSP / FIO CRUZ

Michele Pontes da Costa – Assistente Social, mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

Roberta Cavalcante de Azevedo – Assistente Social, especialista em Violência Doméstica na PUC / RIO

Natureza do Trabalho: Relato de Experiência

Eixo: Seguridade Social (Assistência, Saúde, Previdência)

Instituição: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social / CRAS Deputado João Fassarela

Telefone: (21) 38863166

EMAIL: [cras\\_joaofassarela@yahoo.com.br](mailto:cras_joaofassarela@yahoo.com.br)



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA NO ANO 2015** – um relato de experiência da abordagem coletiva com famílias do CRAS Deputado João Fassarela.

## Resumo:

O relato de experiência apresentado constitui no trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais do CRAS Deputado João Fassarela, no município do Rio de Janeiro, no acompanhamento de famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atenção Integral da Família. Este trabalho apontou que a abordagem coletiva pode construir um espaço para as reivindicações da família, construindo coletivamente alternativas para alcançar suas demandas e uma forma de fortalecer a dimensão política-pedagógica do trabalho do Serviço Social.

Palavras Chaves: Assistência Social, Família, Abordagem Coletiva e Serviço Social.

## Abstrat:

The experience presented report is the work of the social workers of CRAS Mr John Fassarela , in the municipality of Rio de Janeiro , monitoring of families served by Protection Services and Comprehensive Care of the Family. This experience pointed out that the collective approach can build a space for family claims, collectively building alternatives to meet their demands and a way to strengthen political and pedagogical dimension of social service work.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



## 1- APRESENTAÇÃO:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência do trabalho desenvolvido pela equipe de Serviço Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Deputado João Fassarela, no município do Rio de Janeiro, no que se refere ao acompanhamento de famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atenção Integral da Família (PAIF), através da abordagem coletiva. A escolha deste procedimento metodológico se deu a partir da observação de que as demandas trazidas nos atendimentos individualizados constituíam-se em demandas coletivas e, com o objetivo de abranger o maior número de famílias no acompanhamento do PAIF, a estratégia do trabalho em grupo fortaleceu a dimensão política-pedagógica do trabalho com as famílias, como também, foi criado um espaço para as mesmas utilizarem como garantia de fala para as suas reivindicações e construção coletiva de alternativas para alcançar suas demandas.

O trabalho apresenta uma breve caracterização do equipamento e da equipe do CRAS Deputado João Fassarela, discutindo o entendimento sobre a centralidade da família nas ações de proteção social no âmbito da Política de Assistência Social. Em seguida também realiza uma breve apresentação do território das famílias acompanhadas pelo CRAS, trazendo os aspectos que caracterizam estas comunidades. No terceiro item, relatamos a experiência do trabalho do serviço social com as famílias acompanhadas do PAIF no CRAS Deputado João Fassarela em 2015 através da abordagem coletiva. E por fim, apresentamos algumas considerações finais, avaliando o trabalho desenvolvido através deste procedimento metodológico.

## 2- CARACTERIZAÇÃO DO CRAS DEPUTADO JOÃO FASSARELA E SUA EQUIPE:

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (MDS, 2009, p. 9).

O CRAS Deputado João Fassarela é um órgão vinculado à 4ª. Coordenadoria Desenvolvimento Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pertencente à



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A organização do processo de trabalho do CRAS tem se realizado de forma a fomentar intersetorialidade com diferentes políticas setoriais e atores sociais através da rede de serviços local, com o intuito de garantir a plena informação e discussão das situações apresentadas, respeitando democraticamente a decisão do usuário, conforme legislação pertinente, visando a matricialidade sociofamiliar (MDS, 2009, p. 12).

A Política Nacional de Assistência Social refere a matricialidade sociofamiliar como a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social (2004, p. 40 -41). A centralidade da família nas ações de proteção social no âmbito da Política de assistência social não é algo novo, pelo contrário, por anos a atenção com as famílias esteve associada com uma prática disciplinadora, marcada com ações voltada à adequação do modo de vida a um modelo “tradicional” de família. Contudo, entendemos que a organização familiar é uma construção social que surge e se modifica com o movimento da sociedade. Sendo assim, a família não pode ser generalizada ou padronizada. Ela deve ser considerada a partir de seu contexto e seus aspectos particulares e coletivos, considerando os diferentes arranjos através de um olhar crítico e histórico sobre suas funções.

Devemos atentar para a necessidade de compreender a família não somente em sua definição normativa ou composição tradicional, mas ampliar esta compreensão na perspectiva sociocultural. Este exercício deve permitir um olhar para a “família eleita”, ou seja, o grupo de referência em que os indivíduos tecem seus laços afetivos e de solidariedade. (RIO DE JANEIRO, s/data, p. 21)

Nesta compreensão, a família na Política Nacional de Assistência Social (2004) é entendida como o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade.

Tendo esta compreensão, o CRAS Deputado João Fassarela desenvolve diferentes ações e não se limita a um programa apenas, integrando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - o PAIF, com o acompanhamento das famílias participantes dos programas de Transferência de Renda, com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e com os demais programas sociais, seja na esfera do governo federal, estadual e municipal das diferentes secretarias e políticas setoriais.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A equipe técnica do CRAS Deputado João Fassarela é formada por quatro assistentes sociais (sendo uma ocupando o cargo de direção), uma psicóloga e uma pedagoga. A equipe também conta na sua composição com quatro agentes comunitários, três orientadores sociais de 6 a 14 anos, um orientador social de 15 a 17 anos, um orientador social de Idoso, um auxiliar de informática, um assistente administrativo, dois cadastradores no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, um auxiliar de serviços gerais e um motorista. Desta forma, a composição da equipe fortalece as abordagens dos diferentes olhares das profissões que atuam no Sistema Único de Assistência Social, que tem amadurecido um trabalho na perspectiva multidisciplinar. Todavia, existe o cuidado de desenvolver uma proposta de atuação pautada em posturas éticas e políticas decorrentes dos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais, de modo que estes profissionais não atuam em tarefas que não sejam em seu campo de atuação (CFESS, 2009).

A equipe técnica se organizou de forma a atender as demandas da população usuária dos nossos serviços através do atendimento técnico individualizado e coletivo, visitas domiciliares e supervisão nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ações essas realizadas cotidianamente.

### 3- CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CRAS DEPUTADO JOÃO FASSARELA

O CRAS Deputado João Fassarela foi criado no ano de 2007 e atende as famílias que residem nos bairros de Penha Circular, Brás de Pina e Cordovil. De acordo com o SENSO IBGE 2010, temos no território o seguinte quantitativo de domicílios:

Território	População
Penha Circular	15.566
Cordovil	14.571
Brás de Pina	19.103

O território atendido pelo CRAS é marcado por um alto índice de violência urbana oriundo do conflito entre a polícia e o tráfico de drogas e a milícia, e pela ausência de serviços públicos das diferentes políticas setoriais - Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Habitação,



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Cultura e Lazer, entre outras -, trazendo como consequência a dificuldade de acessar ou até se privar de seus direitos sociais.

No ano de 2010, as comunidades do Complexo da Penha, entre elas o Morro da Fé, Caixa D' Água, Morro do Sereno e Morro da Paz (comunidades atendidas pelo CRAS), foram ocupadas pela Força de Pacificação do Exército Brasileiro. Em agosto de 2012, o exército deu lugar às Unidades de Polícia Pacificadora. Apesar da intervenção do exército e da polícia nas comunidades pacificadas no território da Penha Circular, não significou a ausência da violência urbana na comunidade.

O contexto de violência no território atendido pelo CRAS é uma das nuances do agravamento da “questão social” e das transformações do mundo do trabalho, haja vista uma conjuntura marcada pela política neoliberal.

Trata-se de um cenário em que direitos historicamente conquistados vão sendo perdidos de forma gradativa e que, conforme avançam as tendências destrutivas inerentes à reprodução da vida no capitalismo, acirrados pelos processos de globalização neoliberal em curso (...) colocando em crise a própria instituição dos direitos humanos, pois sua universalidade e objetivação não está sendo garantido praticamente...” (BARROCO, 2004, p. 39)

Nota-se a retração do Estado na garantia dos direitos sociais, com a redução dos gastos públicos em políticas sociais; na ampliação de políticas focalistas e seletivas, e não universais, entre outras ações, agravando a expressão das desigualdades sociais.

A ausência de oferta de serviços públicos no território que o CRAS Deputado João Fassarela atende, tais como creches, unidades de saúde básica, saneamento básico, espaço de esporte, cultura e lazer; agrava o acesso da população atendida aos seus direitos sociais básicos. Portanto, a necessidade do poder público ocupar os espaços territoriais empobrecidos e apresentar-se enquanto propositor na área de políticas sociais se faz primordial para que esta população possa exercer uma cidadania plena.

- 4- O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS ATRAVÉS DO PAIF NO ANO 2015 – um relato de experiência da abordagem coletiva com famílias:



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Nos atendimentos realizados com as famílias atendidas pelo Serviço Social no CRAS Deputado João Fassarela as principais demandas são pelos programas de transferência de renda. Junto com esta demanda, também é apresentada outra questão trazida por estas famílias: a inserção ao mercado formal de trabalho.

Os usuários atendidos pelo Serviço Social do CRAS Deputado João Fassarela são oriundos de famílias trabalhadoras, cuja maioria é monoparentais e tem como principal provedora financeira a mulher, responsável familiar do Cadastro Único do Governo Federal, inseridas no mercado informal de trabalho.

Diante das questões e demandas apresentadas pela população usuária no CRAS, a equipe de Serviço Social passou a desenvolver um trabalho no acompanhamento às famílias do PAIF, destacando a dimensão da garantia do acesso aos programas e projetos sociais inerentes à Política de Assistência Social e demais políticas sociais. Mas para isso, foi entendido que a relação da equipe de Serviço Social com as famílias acompanhadas teve ser de respeito as suas diversidades culturais, religiosas, etnia, opção sexual e sociais, trabalhando junto sua autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Há o compromisso de contribuir para a viabilização da participação dos usuários nas decisões institucionais, democratizando as informações e acesso aos programas disponíveis no espaço do CRAS e da rede local, conforme orienta o atual Código de Ética do Assistente Social.

No ano de 2015, o PAIF do CRAS Deputado João Fassarela acompanhou um total de 848 famílias, sendo que todas são beneficiárias dos programas de transferências de renda como Programa Bolsa Família, Cartão Família Carioca, Benefício de Prestação Continuada e/ou usuários que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Em 2015, o acompanhamento das famílias do PAIF foi realizado através de diferentes procedimentos e instrumentos metodológicos: atendimento individualizado e coletivo, visitas domiciliares, orientações e encaminhamentos, elaboração de relatórios sociais, entre outros. O prontuário SUAS e o Prontuário Eletrônico Simplificado (PES) foram uns dos instrumentos de registro desses procedimentos.

Destacamos que, o Ministério de Desenvolvimento Social implementou o Prontuário SUAS em 2013, com o objetivo de reunir e sistematizar as informações sobre os atendimentos das famílias de forma organizada considerando a possibilidade de mudança de equipe técnica e a necessidade de continuidade do atendimento. Desta forma, como destaca o manual de instruções para registro das informações especificadas, "o Prontuário SUAS é um instrumento



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



técnico que visa auxiliar dos profissionais, organizando as informações indispensáveis a realização do trabalho social com as famílias e registrando o planejamento e o histórico do acompanhamento familiar." (MDS, 2013, p.2). O Prontuário Eletrônico Simplificado foi implementado em 2015, sendo este um prontuário eletrônico onde se registra "informações simplificadas" do Prontuário SUAS. É importante colocar que as informações registradas nestes instrumentos institucionais não fere o sigilo profissional do Serviço Social. Neste caso, são informações que os demais profissionais que compõem a equipe técnica podem ter acesso e assim, realizarmos um acompanhamento multidisciplinar no CRAS. As informações de caráter sigilosas são registradas em instrumentos próprios do Serviço Social.

Dos procedimentos metodológicos utilizados neste ano, destacamos a abordagem coletiva com os grupos de família. Escolhemos a abordagem teórico-metodológica da teoria crítica-reflexiva, pelo método dialético histórico marxista, pautado no processo de mediação da realidade. Este método propõe o questionamento das situações como forma da compreensão da totalidade social, buscando conhecer os processos de mediações, analisando as passagens das dimensões da realidade, consiste em não só pensar além do imediato, mas se apropriar de maior clareza dos processos realizados dentro da realidade, através das mediações da esfera do micro para do macro (FREIRE, 2000). Desta forma, entendemos que o grupo seria um espaço privilegiado para estas mediações através da troca de experiência, reflexão e crítica do cotidiano e reconhecimento do indivíduo na sociedade.

No planejamento de 2015, foi almejada a realização de atividades coletivas mensais, cujos grupos seriam realizados no território, em espaços de equipamentos públicos ou da rede comunitária local, por exemplo, em escolas municipais (Escola Municipal Montese e Escola Municipal Roraima no bairro de Cordovil), Clínicas de Saúde da Família do território e espaços cedidos pelas instituições religiosas e comunitárias locais e no próprio CRAS. As famílias foram convidadas através de busca ativa realizadas pelos agentes comunitários do CRAS e da Clínica de Saúde da Família ou através das parcerias junto às direções das escolas municipais que realizamos os grupos.

A partir de demandas coletivas comuns das famílias acompanhadas pelo PAIF, foram abordados os temas: Família e Educação, Família e Trabalho, Família e Idoso, Família e Saúde (Saúde da Mulher), Documentação Civil, Violência Doméstica e Familiar, Legalização e Descriminalização do uso de Drogas e Relações entre Pais e Filhos. Nas discussões, abordamos e refletimos sobre os direitos das famílias, trazendo a reflexão e o conhecimento



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



sobre as legislações atuais sobre direitos sociais (ECA, Estatuto de Idoso, Política Nacional de Assistência Social, entre outros). Também contamos com a participação de outros profissionais para a condução dos debates nos grupos, que foi o caso do Centro de Referência para Saúde da Mulher (discussão sobre Saúde da Mulher) e do CRESS 7ª. Região (discussão sobre Legalização e Discriminação das Drogas), Clínica de Saúde da Família do território com a participação de diversos profissionais para discussão de temas como Saúde da Mulher, Planejamento Familiar, Tuberculose, Saúde Bucal e DST/AIDS.

Veja na tabela abaixo o quantitativo de famílias acompanhadas através do PAIF que participaram das atividades coletivas no ano 2015:

Reuniões com Famílias PAIF	Nº. de Participantes	Famílias acompanhadas
53	610	848

Nestes grupos foram utilizados recursos visuais variados a fim de levar informação de maneira simples, direta e que tenha aplicabilidade no dia a dia da população atendida.

Vale ressaltar a característica da abordagem coletiva como um espaço de produção e potencialização de discursos. Pois, através da avaliação dos profissionais de Serviço Social do CRAS Deputado João Fassarela, a formação deste espaço está para além do grupo em si, mas tem por objetivo articular processos distintos de saber. Nele há a possibilidade de questionar e desfazer-se de identidades e papéis sociais que estão naturalizados- “família desestruturada”, “culpabilização da vítima de violência”, “adolescente-problema”-, a fim de potencializar a pluralidade de modos de existir que compõem o cotidiano das famílias e criar diferentes formas de intervenção na realidade das famílias acompanhadas.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

IAMAMOTO (1997) ressalta que a atual conjuntura requisita um profissional propositivo, não apenas executivo, capaz de formular projetos de trabalho e apresenta-los à instituição, defendendo os princípios éticos da profissão. Entre esses princípios do Código de Ética do assistente social destacamos **a ampliação e consolidação da cidadania,**



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



***considerando tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras.*** (CFESS : 1993).

Yasbeck (1993) coloca que a Política de Assistência Social tem sido uma das estratégias acionadas pelo Estado (dentro de uma sociedade de classe) para enfrentar a questão social e na gestão das desigualdades, o Estado pode legitimar instituições, políticas e profissionais, sendo este o caso do/a assistente social. Para a autora, o papel do/a assistente social na gestão e execução da Política de Assistência Social estaria na prestação de serviços que interfere nas relações sociais do seu usuário, destacando o exercício profissional do Serviço Social na dimensão sócioeducativa (política e ideológica) da profissão. Desta forma, o profissional poderá ter duas posturas junto à população atendida: disciplinador e coercivo, moldando segundo a proposta institucional e da classe dominante a vida social das famílias, ou que fortaleça os projetos e lutas da classe trabalhadora.

A equipe de Serviço Social do CRAS Deputado João Fassarela escolheu a segunda opção, fortalecendo o projeto profissional do Serviço Social, também denominado como projeto ético-político profissional, tendo como referencia reflexões sobre a conjuntura sócio-histórica da profissão, apresenta valores emancipatórios, se vinculando “a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 105). Ele também está vinculado ao atual Código de Ética Profissional do Assistente Social, possuindo uma dimensão ética e política profissional, que envolve escolhas teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais de serviço social.

Para isso, o / a assistente social possui autonomia profissional para escolher os procedimentos e instrumentais mais apropriados para o acompanhamento da população usuária, conforme as demandas apresentadas nos seus atendimentos.

Desta forma, avaliamos que o acompanhamento das famílias PAIF através da abordagem coletiva proporcionou à equipe de Serviço Social do CRAS Deputado João Fassarela conhecer melhor a realidade social destas famílias e qualificar as orientações e encaminhamentos deste acompanhamento. Nos atendimentos coletivos utilizamos a linguagem falada e, em alguns casos, associando com o material escrito, buscando a adequação da linguagem escrita e uma aproximação com as demandas trazidas pelos usuários. O material socioeducativo se apresenta na função de colaborar para que as informações sejam multiplicadas, e portanto, os participantes dos grupos são multiplicadores



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

de conhecimento na sua comunidade.

Importante destacar que nestas abordagens não houve objetivo ou caráter de fiscalização dos comportamentos dos membros da família. Pelo contrário, escolhemos este procedimento e instrumento de intervenção profissional com o objetivo de desenvolver uma abordagem dialógico-reflexiva, horizontalizada e participativa entre o/a assistente social e o usuário que participa deste espaço.

Também avaliamos que as atividades coletivas de realizadas no território contribuem para o mapeamento e o reforço das parcerias da equipe do CRAS com a rede local, como também contribuiu para o acesso da população usuária nesses espaços, alguns desconhecidos pelas famílias, para os serviços que a rede oferece para a população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*, 2004.

Barroco, Maria Lucia Silva. "A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social". In: *Serviço Social e sociedade*, nº 79, ano XXV, 2004. (p. 27-42).

CFESS. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 1993.

\_\_\_\_\_. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. 1993

\_\_\_\_\_. *Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social*. Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas*. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997Cortez, 1997.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80  
ANOS  
SERVIÇO  
SOCIAL  
NO BRASIL

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. "O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas". In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. (p. 167-197)

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Orientação Técnica Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Brasília : MDS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Manual de Instruções para Utilização do Prontuário SUAS*. Brasília: MDS, 2013.

NETTO, J.P. A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Curso de Capacitação em Serviço social e Políticas Públicas- módulo I*, Brasília, CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, p. 92-110, 1999.

RIO DE JANEIRO. *Acompanhamento familiar na Política de Assistência Social: uma proposta de metodologia para o Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, s/data.

Yasbeck, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo:Cortez, 1993.